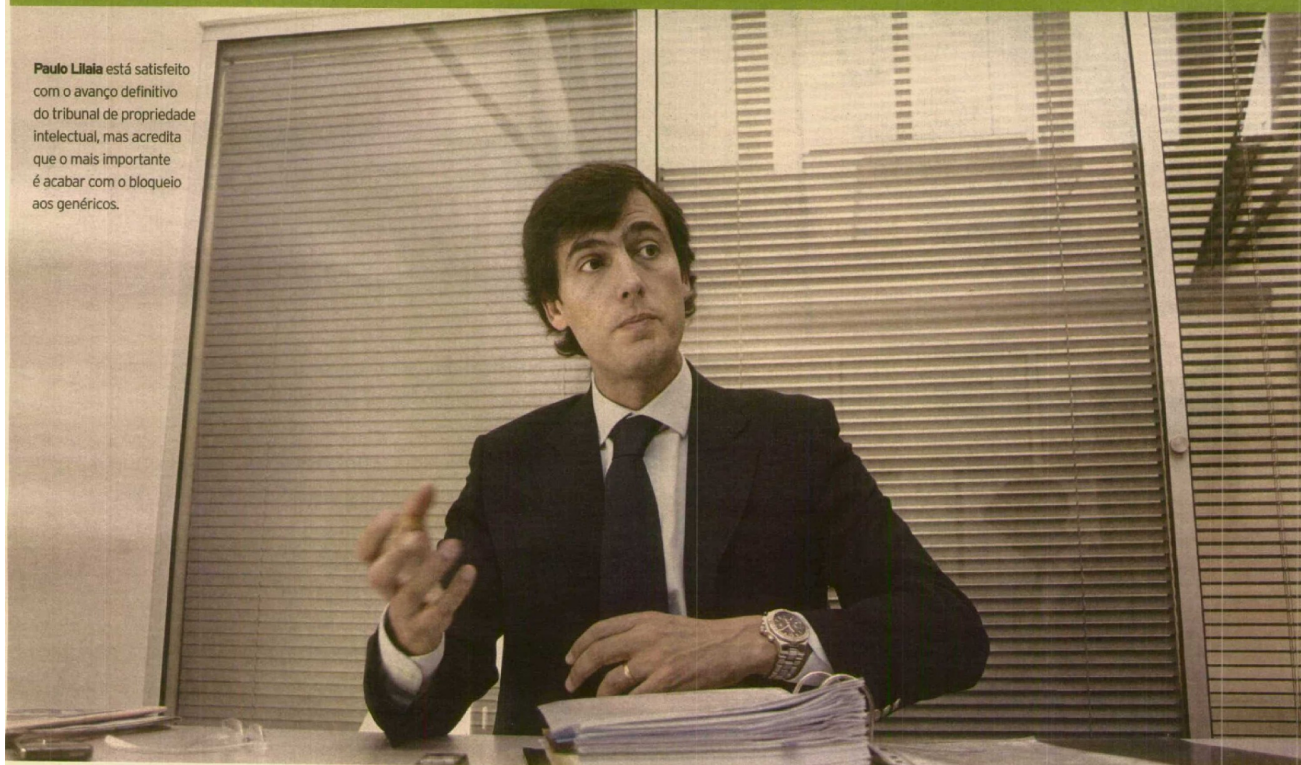


**INDÚSTRIA FARMACÊUTICA DE GENÉRICOS**

Paulo Lilaia está satisfeito com o avanço definitivo do tribunal de propriedade intelectual, mas acredita que o mais importante é acabar com o bloqueio aos genéricos.



**ENTREVISTA PAULO LILAIA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GENÉRICOS - APOGEN**

# “É fundamental que os genéricos tenham um preço minimamente justo”

Paulo Lilaia defende a redução do preço de todos os medicamentos e não apenas dos genéricos.

**RAQUEL CARVALHO**  
raquel.carvalho@economico.pt

**A**s últimas mudanças na política do medicamento preocupam Paulo Lilaia, presidente da Associação Portuguesa de Genéricos - APOGEN, que, em entrevista ao Diário Económico mostrou-se apreensivo com a sucessiva redução do preço dos genéricos e a consequência drástica na sustentabilidade de muitas empresas.

**Qual o retrato que faz da indústria de genéricos em Portugal?**

No último ano assistimos a mudanças importantes ao nível da política do medicamento e nem todas são positivas, pelo que o futuro é incerto, principalmente para o sector dos genéricos. As reduções de preços têm sido constantes, com descidas que já atingiram os 50% nos últimos três anos, o que coloca em risco a sustentabilidade de muitas empresas nesta área. Estamos a atingir o limite de sobrevivência para muitas empresas. Sem aumentos substanciais de quota de mercado não é possível reduzir mais o preço. Somos da opinião que a despesa total com medicamentos controla-se regulando e, se necessário, reduzindo equitativamente o preço de todos os medicamentos, e não apenas os preços dos ge-

**Apogen quer aumentar quota**

“A ‘troika’ não se deve substituir nem ser desculpa para tudo o que tem de ser feito no sistema de saúde português, e em particular na indústria farmacêutica”, diz Paulo Lilaia que espera, no futuro, que “se aperfeiçoe o funcionamento e a contribuição da indústria, através da disponibilização dos medicamentos necessários, a um custo suportável para o Estado e para os utentes”. Admite que a associação vai continuar o trabalho de divulgação das mais-valias dos genéricos, com o objectivo de duplicar sua quota e não “aceitará novas reduções de preços que certamente aniquilariam a indústria farmacêutica nacional”.

néricos. É fundamental que os genéricos tenham um preço minimamente justo e que permita a continuação da sua comercialização, de modo a garantir poupança de longo prazo ao Estado e cidadãos.

**Que outros pontos vos preocupam?**

A lei recentemente aprovada sobre a prescrição por Denominação Comum Internacional (DCI). Tivemos oportunidade para alertar a Comissão Parlamentar de Saúde sobre alguns dos perigos desta lei. A necessidade de uma cláusula que permitisse a inclusão do titular de AIM, ou marca de medicamento genérico, e o bloqueio da prescrição com concordância do doente, quando o medicamento prescrito é genérico com preço igual ou inferior ao preço dos medicamentos que determinam o preço de referência. Lembrámos também a utilidade de, no acto da prescrição, o médico informar obrigatoriamente o doente da existência de medicamento genérico com preço igual ou inferior ao preço, e por decisão conjunta seleccionarem um titular de AIM, ou marca de medicamento genérico, e bloquearem a possibilidade de substituição futura. Nem todas as nossas sugestões foram atendidas, pelo que estamos expectantes com a aplicabilidade prática desta lei.

**A criação do tribunal de propriedade intelectual vai agilizar o processo de entrada de genéricos?**

Consideramos positiva a existência do tribunal porque passaremos a dispor de uma instituição especializada, com uma equipa de peritos, para tratar de assuntos muito específicos. Mas o mais importante, é impedir as empresas de continuarem a realizar o bloqueio aos medicamentos genéricos através dos Tribunais Administrativos, o que está a ser conseguido desde a entrada em vigor da lei que obriga as empresas a recorrer a arbitragem neste tipo de litígio. Este é o problema que urge resolver, deixando bem claro que este tipo de processos tem de ser resolvidos pelas instâncias competentes e que não se permitem estratégias que atrasem a entrada de genéricos no mercado. Essa foi, aliás, a indicação da ‘troika’.

**O tribunal pode impulsionar ainda mais o crescimento dos genéricos?**

Qualquer medida que contribua para erradicação deste estratagema, conhecido como ‘patent linkage’, é bem-vinda. É crítico resolver a inaceitável situação de bloqueio à entrada de genéricos pelas empresas de inovadores, que já causaram um prejuízo superior a 200 milhões de euros ao Estado e utentes. ■